

Agricultores idosos de Trás-os-Montes: exclusão e reconhecimento***

INTRODUÇÃO

No quadro do desenvolvimento agrícola e até à década de 80, os agricultores idosos foram tratados pelas correntes dominantes de pensamento como uma das causas justificativas da crise permanente da nossa agricultura (Carvalho, 1984, p. 255), em particular nas regiões minifundiárias (Fragata, 1992, pp. 18 e 44). Incluídos por Pinto *et al.* (1984, p. 38) na categoria de agricultores «avessos às inovações tecnológicas, centrados sobre si próprios, vocacionados em grande parte para o autoconsumo e pouco receptivos aos incentivos de mercado», eles contribuía, no entender daqueles autores, para a situação «de apatia, ausência de mentalidade empresarial e de espírito de cooperação e associação» vigentes na agricultura portuguesa. Como pequenos agricultores, foram atingidos pelas inúmeras pregações da inviabilidade da pequena dimensão levada a cabo por sucessivas gerações de economistas agrários tradicionais e de formação neoclássica e pelo elogio da grande exploração dominante na esquerda influenciada pelo marxismo (Baptista, 1993). Neste quadro dominante de pensamento e em função de um critério, a idade, discutível porque arbitrário, os *velhos* da agricultura têm sido reme-

* Estação Agronómica Nacional, Instituto Nacional de Investigação Agrária.

** Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

*** Este artigo teve por base uma comunicação de António Fragata apresentada ao I Seminário do Projecto PRAXIS/2/2.1/CSH/869/95 — Envelhecimento da população e retorno: desafios ao desenvolvimento agrícola e rural de Trás-os-Montes, projecto de investigação este que é coordenado por José Portela (1996-1998). O referido seminário teve lugar em Vila Real a 20 de Outubro de 1997.

tidos para a categoria da «agricultura social» e para a medida «cessação da actividade» que levaram a cabo ao longo de uma vida. Note-se, porém, que a informação disponível, embora ainda limitada, dá indicações claras de que a inactividade «antecipada» entre os agricultores tende a surgir mais como problema do que como solução (Baptista *et al.*, 1998).

Na perspectiva de que o desenvolvimento consiste no aumento da diversidade dos sistemas, na criação de novas categorias sociais e na melhor distribuição dos recursos pelas categorias existentes, a partir da década de 80 começaram a surgir análises e propostas de diversos autores que concebem o desenvolvimento rural e agrícola a partir das realidades locais e de estratégias de diversificação assentes em critérios de plurirracionalidade dos diversos tipos de agricultores familiares, em que se incluem aspirações e saberes técnicos dos agricultores reformados (Carvalho, 1984, pp. 403-406; Fragata, 1992, pp. 228-229; Barros e Fragata, 1992, pp. 5-6; Portela, 1993, pp. 117-119).

Como categoria social, os idosos são retidos pelas fronteiras de um limiar oficial de idade que é delimitado pela detenção de uma reforma. Tal tem contribuído para a definição da velhice como um tempo de vida afastado dos circuitos de produção, durante o qual o antigo trabalhador usufrui de um salário gratuito, sem contrapartida da prestação de trabalho, mas com a contrapartida de um estatuto socialmente indesejável de inutilidade e de velhice (Fernandes, 1999, pp. 54-56). Este é o cenário dos meios urbanos e dos assalariados da indústria e dos serviços que atingiram a idade de reforma ou de pré-reforma. Mas esta não é a situação reinante nos nossos meios rurais, como Trás-os-Montes, onde predominam as explorações agrícolas familiares e em que as mulheres e os homens agricultores, proprietários dos meios de produção, auferem pensões de reforma a partir dos 65 anos sem que tal represente o afastamento do circuito de produção e das relações sociais em que estão envolvidos. Para aqueles agricultores, a «pensão de reforma» não significa a «reforma» definida a partir de uma oposição trabalho/não trabalho e da passagem da situação activa à de inactivo (Guillemard, 1972, p. 21). Eles continuam a labutar nas suas terras, mediante um processo contínuo de adaptação das decrescentes forças físicas a uma menor dimensão da exploração e a actividades menos intensivas em esforço físico, conservando ou reforçando os estatutos de horticultor, viticultor ou arboricultor (Portela, 1993, p. 119).

No presente artigo retomamos o limiar de idade dos 65 anos para a definição dos agricultores idosos, dado que o surgimento do sistema de reforma naquela idade ocasionou a situação relativamente nova da condição de reformado. Mas não pretendemos contribuir para a elaboração de uma categoria social identificada com incapacidades física e mesmo mental, genericamente atribuídas a uma estrato populacional que ultrapassou um limiar de idade e

atingiu a velhice. Por isso tomamos o referido limiar com acepções diferentes e objectivos diversos quando tratamos da caracterização dos agricultores idosos a nível da região de Trás-os-Montes ou do seu comportamento a nível do funcionamento das explorações agrícolas.

No primeiro nível, regional, pretende-se apontar os grandes traços e o peso económico e social dos agricultores idosos, como se se tratasse de um grupo «homogéneo» de agricultores, distinto dos pertencentes aos estratos etários inferiores; para tal usámos a informação do último recenseamento geral da agricultura de 1989.

No segundo nível, micro, tratámos os agricultores idosos como um grupo de agentes diferenciados (agricultores mais ou menos virados para o mercado e o autoconsumo, com áreas agrícolas e orientações produtivas diversas) a fim de evidenciar as racionalidades do funcionamento das suas famílias-explorações; para isso utilizámos os dados de estudos recentes levados a cabo em várias comunidades locais de Trás-os-Montes (Sousa, 1992; Ribeiro, 1992; Barbosa, 1993; Andrade, 1994; Baptista *et al*, 1994; Madureira, 1994; Rebelo, 1995; Fragata e Condado, 1996; Baptista, 1997).

Estes estudos, que cobrem quase todas as zonas agro-ecológicas de Trás-os-Montes¹ (v. figura n.º 1), têm em comum o conhecimento da diversidade dos sistemas famílias-explorações em pequenas comunidades rurais e de comportamento dos agricultores em relação às suas estratégias gerais e às práticas de condução de culturas e gados.

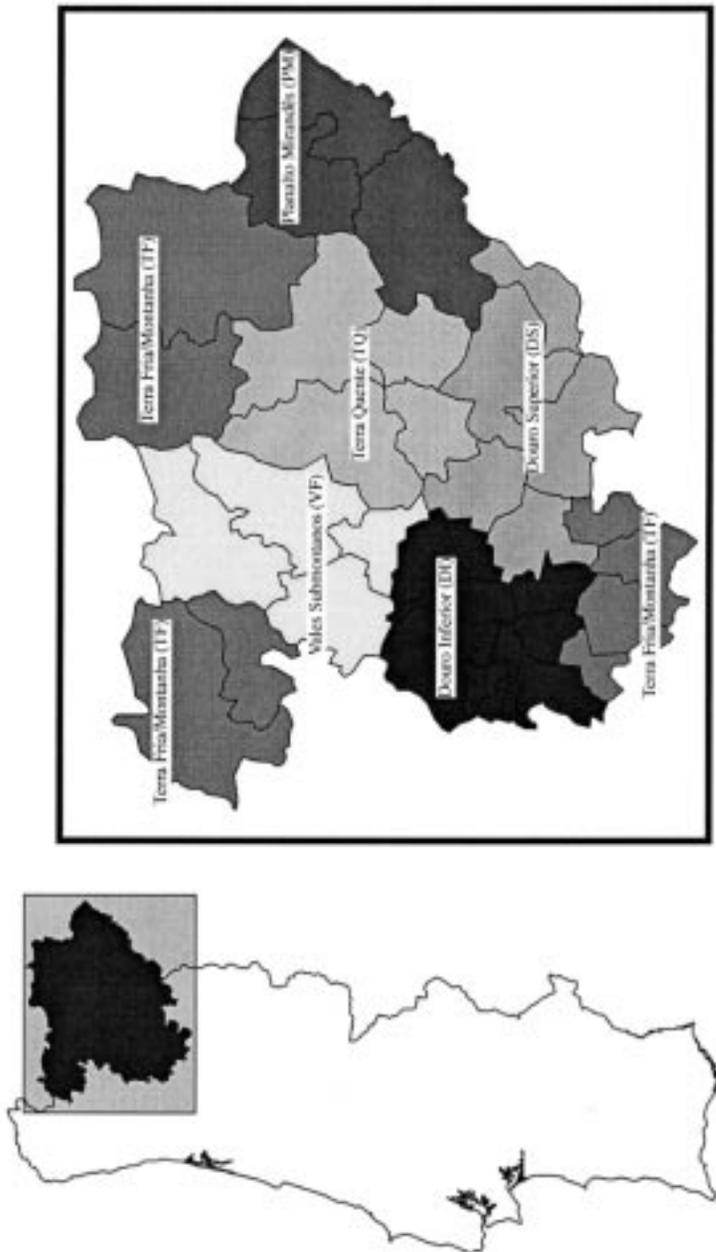
Em regra, as tipologias dos sistemas são apreendidas a partir de inquéritos por questionário expedido a famílias-explorações de várias aldeias de Trás-os-Montes e resultam da redução da multiplicidade dos sistemas individuais a grupos distintos com homogeneidade em relação a critérios tidos como explicativos da sua situação: dimensão e fontes de rendimento do agregado familiar; idade do responsável da família; área, efectivo animal e orientação produtiva da exploração; práticas-chave dos produtores.

Definido e caracterizado em cada comunidade o tipo «agricultor idoso», o comportamento deste é evidenciado através de estudo de casos em profundidade de acordo com a análise do funcionamento global da família-exploração (Fragata, 1992, pp. 77-94), a qual se apoia nos três níveis de objectivos — gerais, estratégicos e táticos — considerados no processo de tomada de decisão dos agricultores (Capillon e Sebillotte, 1980, p. 2) e na teoria do comportamento adaptativo dos actores (March e Simon, 1979, p. 138).

Em relação aos objectivos gerais explicitam-se os projectos das famílias, as escolhas respeitantes à combinação das actividades agrícolas e à articulação entre receitas da exploração e receitas exteriores. Na exploração e a nível

¹ Para uma fundamentação desta zonagem tenham-se em conta, por exemplo, Ribeiro (1986), Tabora (1987), Portela (1989), e Simões, Portela e Cepeda (coord.) (1996).

Zonas Agroecológicas de Trás-os-Montes



das escolhas estratégicas salientam-se aspectos relacionados com níveis de intensificação e diversificação, destinos da produção agrícola, modalidades de trabalho, os quais são essencialmente determinados pelo ciclo, composição e objetivos da família e pelo ambiente sócio-económico da exploração.

OS AGRICULTORES IDOSOS DE TRÁS-OS-MONTES

EM TRÁS-OS-MONTES OS AGRICULTORES IDOSOS SÃO PEQUENOS PRODUTORES A TEMPO PARCIAL

A SAU média da exploração do agricultor idoso de Trás-os-Montes é de 5 ha, variando desde 2,2 ha no Douro inferior até 8,2 ha no Planalto Mirandês² (quadro n.º 1, anexo). No fim do ciclo de vida económica, compreensivelmente, os idosos têm as explorações mais pequenas, isto em todas as zonas de Trás-os-Montes. Quanto à forma de exploração, praticamente todas as unidades (99%) são por conta própria, o que se observa também por todo o território regional.

Quase metade das explorações agrícolas (48%) têm matas e floresta, com uma área média de 1,9 ha por exploração. Por zonas, a área média das matas dos agricultores idosos oscila quase do simples ao dobro: 1,59 ha na Terra Fria/montanha e 2,98 ha na Terra Quente.

O agricultor idoso é essencialmente um produtor a tempo parcial: dos cerca de 24 000 produtores de Trás-os-Montes, 60% dedicam à exploração menos de 50% do seu tempo de actividade, 36% entre 50% e 100% e só 5% são agricultores a tempo completo.

Os seus agregados domésticos têm poucos membros: 2,3 pessoas em média em Trás-os-Montes, desde 2,0 no Douro superior até 2,4 na Terra Fria/montanha. Quase todos os membros das famílias se dedicam à agricultura. Apenas 9,2% são inactivos. A mão-de-obra utilizada é predominantemente familiar: no universo das explorações dos idosos cerca de 80% dos dias de trabalho são prestados pelos membros do agregado doméstico.

² Na zonagem considerada para o território de Trás-os-Montes (TM) agruparam-se os concelhos do seguinte modo: Terra Fria/montanha (T/F): concelhos de Bragança, Vinhais, Montalegre, Boticas, Penedono, Sernancelhe, Tarouca e Moimenta da Beira; vales submontanos (VSM): concelhos de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Murça e Valpaços; Planalto Mirandês (PM): concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso; Terra Quente (TQ): concelhos de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor; Douro superior (DS): concelhos de Torre de Moncorvo, São João da Pesqueira, Freixo de Espada à Cinta, Vila Nova de Foz Côa e Carrazeda de Ansiães; Douro inferior (DI): concelhos de Alijó, Mesão Frio, Peso da Régua, Vila Real, Lamego, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Armamar e Tabuaço.

Eles são, no entanto, os agricultores que mais recorrem ao trabalho assalariado, em particular aos serviços de jornaleiros eventuais.

Os agricultores idosos são os que possuem unidades menos mecanizadas: apenas 7% das explorações possuem tractor, contra 20% das explorações dos estratos mais jovens. O grau de mecanização também é o mais baixo: 1,6 tractores por 100 ha de SAU.

EM TRÁS-OS-MONTES OS AGRICULTORES IDOSOS TÊM ACTIVIDADES AGRO-PECUÁRIAS RELATIVAMENTE POUCO EXIGENTES EM TRABALHO

A larga maioria das explorações dos agricultores idosos transmontanos tem uma horta familiar e um (ou mais) pequenos vinhedos, respectivamente 88% e 73% das explorações. A horta tem a área média de 1100 m² e o conjunto de parcelas de vinha 1,03 ha (quadro n.º 2, anexo).

No contexto global de Trás-os-Montes, cerca de metade das explorações tem uma área de batata, em média com 0,49 ha, e 9 animais de capoeira. Dedicam-se à criação de suínos 21% dos agricultores idosos. O peso das culturas é variável consoante as microrregiões: como se sabia já para o conjunto dos produtores, a batata tem menos expressão nas zonas do Douro e a vinha pesa menos na Terra Fria/montanha. Estas actividades sugerem a importância elevada da «horta» e dos produtos autoconsumidos para a alimentação e para a economia destas famílias.

Ainda a nível de Trás-os-Montes, partes significativas da área agrícola da exploração do idoso são ocupadas, em média, por cereal (20%), olival (16%), vinha (15%), prados (15%), pousios (12%). A importância da produção vegetal dos agricultores idosos acompanha a especialização das várias zonas de Trás-os-Montes. O cereal, o pousio e os prados e pastagens permanentes são importantes nas zonas da Terra Fria/montanha, vales submontanos, Planalto Mirandês e Terra Quente, a batata na Terra Fria/montanha e nos vales submontanos, a oliveira na Terra Quente, a amendoeira no Douro superior, o castanheiro na Terra Fria/montanha e nas zonas mais elevadas dos vales submontanos.

No contexto regional e entre os agricultores idosos destacam-se as actividades com ruminantes, sendo a criação de bovinos de carne a principal. Ela é observada em 11% das explorações (quadro n.º 3, anexo). A produção leiteira, muito mais exigente em trabalho, não se adapta às forças e recursos humanos dos produtores idosos: a ela se dedicam apenas 5%. Também só 4% das explorações de agricultores idosos se devotam aos ovinos e caprinos. Como se sabe, o pastoreio tradicional destes animais — um «pastoreio de percurso» pelo território (terras de cereal com restolho, matas de carvalhos, soutos já sob rebusco, pôlas e lameiros, etc.) — reclama mobilidade e capacidade muscular e respiratória satisfatórias. Os efectivos médios são baixos: 2,6 bovinos de carne, 2,3 vacas leiteiras, 34 ovinos e 14 caprinos.

Num quadro sub-regional, destacam-se os agricultores idosos da Terra Fria/montanha nos bovinos de carne e os do Planalto Mirandês no leite. Entre os idosos da Terra Quente, Douro superior e Douro inferior poucos se dedicam à exploração pecuária.

Parte significativa dos idosos de Trás-os-Montes possui equídeos: 43% das explorações, com um efectivo médio de 1,4 animais. Destacam-se as explorações do Planalto Mirandês (74% com equídeos) e da Terra Quente (60%). Estes equídeos tornam-se indispensáveis para o transporte de pessoas e produtos.

EM TRÁS-OS-MONTES OS AGRICULTORES IDOSOS SÃO ECONÓMICA E SOCIALMENTE IMPORTANTES

Em Trás-os-Montes a população envolvida nas explorações dos agricultores idosos atinge cerca de 55 000 pessoas, 22% da população agrícola familiar e 71% dos idosos transmontanos recenseados em 1991.

Os agricultores idosos têm um peso na agricultura transmontana que oscila entre cerca de um quarto e um terço nos principais recursos agrários: número de explorações (30%), área agrícola (25%), área florestal (31%), regadio (25%) (quadro n.º 4, anexo). Importância idêntica se verifica em relação às áreas das principais produções vegetais: amendoeiras (33%), oliveiras (32%), castanheiros (29%), hortas (29%), vinha (28%), prados e pastagens permanentes (24%), batata (24%) e cereais (21%).

A mancha florestal dos agricultores idosos reparte-se por toda a região de Trás-os-Montes, com proporções que oscilam entre 29% e 38% das áreas florestais das explorações agrícolas, respectivamente na Terra Fria/montanha e na Terra Quente.

Os agricultores idosos parecem estar mais orientados para as culturas permanentes, menos exigentes em trabalho e consumos intermédios. A sua importância relativa é menor no sector pecuário. Nos efectivos das diferentes espécies animais pertencem-lhes 23% das vacas de carne, 13% das vacas leiteiras, 13% dos ovinos, 12% dos caprinos e 16% dos suínos.

Como vimos, quase todos os seus membros se dedicam à agricultura. O trabalho, familiar e assalariado, devotado às explorações dos idosos representa 25% do trabalho total agrícola em Trás-os-Montes. Além do trabalho na exploração, ainda exercem outras actividades 13% das pessoas dos agregados domésticos e 7% dos produtores idosos. Dos 1630 agricultores idosos com dupla actividade (quadro n.º 5, anexo), 45 % trabalham como assalariados no sector «agricultura e pecuária» e 21% no sector «comércio e restaurantes». Estes dados sugerem que uma parte destes idosos ainda fornece mão-de-obra assalariada para os trabalhos agrícolas ou é responsável por pequenos estabelecimentos locais.

Diversos estudos de sistemas famílias-explorações realizados a nível de freguesia ou aldeia confirmam a importância social dos agricultores idosos: 44% dos viticultores de Banduge-Douro (Rebelo, 1995, pp. 33-40); 54% dos produtores de Adeganha com olival e amendoal (Madureira, 1994, pp. 88-102); 43% dos produtores de castanha em Espinhoso, Vinhais (Fragata e Condado, 1996, p. 14); um terço dos agricultores de Paredes e Lixa do Alvão (Andrade, 1994, pp. 30-40).

Outros estudos apontam que os idosos têm menos peso em áreas de maior potencial agrário. Assim, no perímetro de rega de Gostei apenas detêm 6% da área irrigada (Baptista *et al.*, 1994, p. 4) e no Douro superior norte só exploram 8% e 9% da área agrícola da Beira Grande e de Poiares, onde pontificam, respectivamente, as quintas de vinho do Porto e a agricultura empresarial da azeitona de conserva (Baptista, 1997, p. 7).

EM TRÁS-OS-MONTES OS AGRICULTORES IDOSOS RETIRAM IMPORTANTES RECEITAS DAS EXPLORAÇÕES E TÊM RACIONALIDADE PRÓPRIA

Em Trás-os-Montes, a exploração agrícola constitui a principal origem de rendimento para 40% dos agregados dos agricultores idosos e 57% retiram dela rendimentos complementares (quadro n.º 1, anexo).

Estudos de caso levados a cabo em aldeias de Vinhais (Sousa, 1992, pp. 30-45) e Vila Pouca de Aguiar (Andrade, 1994, pp. 35-61) permitem identificar e quantificar a importância dessas receitas e o peso das pensões de reforma (quadro n.º 6, anexo). Nas receitas totais das três unidades em análise, a exploração contribui com 57,7%, 45,9% e 53,0% e as pensões com 34,5%, 15,2% e 44,5%. Tal significa que, no conjunto destes três casos, sem a exploração agrícola e para se manter o nível das receitas familiares, e com base em valores de 1990 e 1990-1991, a pensão mensal média por família teria de passar de 20 contos para 60 contos, o que é revelador dos aumentos significativos que deveriam sofrer as pensões para a retirada dos idosos dos seus campos, hortas e casas rurais.

Ao contrário do que é vulgar admitir-se, os idosos estão virados para o mercado dos produtos, como se constata na repartição do produto bruto entre autoconsumo e venda (quadro n.º 7, anexo). Pertencerão ao universo da agricultura de subsistência os muito pequenos agricultores reformados apenas com uma horta ao redor da casa, os quais não são abrangidos pelos recenseamentos agrícolas. As explorações dos agricultores idosos de maior dimensão física tendem a estar mais integradas nos mercados, quer de fatores de produção, quer de produtos.

Entre as decisões dos agricultores idosos com vista à adaptação do funcionamento da exploração à situação pessoal e à familiar, bem como aos

recursos disponíveis, contam-se as seguintes: (a) abandono de parcelas mais afastadas da residência e do assento de lavoura (Rebello, 1995, p. 47); (b) abandono de terras de cereal e de terras menos importantes para o autoconsumo e com menor valor patrimonial (Madureira, 1994, p. 98); (c) transferência de propriedade dos bovinos para cônjugues e outros familiares, como forma de acesso às indemnizações compensatórias e especial cuidado no manejo de vacas mirandesas de modo a aumentar a vida útil dos animais (Sousa e Fragata, 1997); (d) recurso à entrajuda familiar e vicinal, no quadro de uma reciprocidade plural e diferida no tempo (Portela, 1986), para resolução dos picos de trabalho agrícola; (e) produção de leite e carne mediante recurso ao trabalho e às máquinas do filho sucessor e vizinho (Andrade, 1994, pp. 103-117).

Nas mesmas aldeias e condições agro-ecológicas, em comparação com agricultores não idosos a tempo inteiro e com idêntica orientação produtiva, os produtores idosos praticam uma agricultura menos intensiva, quer no valor acrescentado da produção, quer no uso de consumos intermédios. Como se observa no quadro n.º 7, anexo, individualmente, os reformados produzem em pequena quantidade, com baixa produtividade do trabalho e elevada produtividade dos consumos intermédios. Para o mesmo nível de produto bruto alcançado, têm menos encargos totais (índice RA/PB%) e usam menos factores de produção intermédios (indicador CI/PB%). Note-se que para o reduzido produto bruto contribui o facto de apenas receberem o subsídio de gásóleo como subsídios e prémios.

No processo de tomada de decisão há que destacar duas escolhas estratégicas dos idosos. Por um lado, a redução de encargos e consumos intermédios; por outro lado, a diversificação da produção entre a horta, pequenos animais, culturas permanentes e bovinos de carne. Estas opções essenciais estão de acordo com os objectivos gerais seguintes:

- Ocupação na actividade agrícola com esforços físicos presumivelmente adaptados à idade, mobilidade e capacidades físicas do idoso;
- Obtenção de receitas monetárias complementares às da reforma;
- Obtenção de receitas em natureza por via do autoconsumo e da residência em habitação própria.

CONCLUSÃO

Os agricultores idosos de Trás-os-Montes são uma importante categoria social, com peso económico, gerindo sistemas agro-pecuários extensivos historicamente enraizados, conservando vastos recursos naturais e paisagens agrárias. São pequenos beneficiários das verbas da segurança social, que veria aumentar as suas despesas no caso da retirada completa dos agricultores idosos dos seus campos e habitações rurais.

O sentimento de utilidade social e os valores de uso são muito importantes para estes agricultores idosos, cujos sistemas famílias-explorações funcionam na base de uma estreita articulação entre unidades de residência, consumo e produção agrícola. Esta articulação não é geralmente tomada em consideração, quer nas abordagens científicas levadas a cabo entre nós e no exterior (Fragata, 1996, p. 193), quer nas medidas concretas de desenvolvimento agrícola e rural. No caso do trabalho dos agricultores idosos transmontanos, importará ainda separar as situações em que o esforço físico despendido é adequado às suas capacidades físicas dos casos de sobretrabalho, tais como os apontados por Ribeiro (1992, p. 85).

Finalmente, como desafio futuro: que novas abordagens e medidas poderão ser delineadas de modo a promover a melhoria das condições de vida dos agricultores idosos e, conseqüentemente, da sustentabilidade de sistemas e paisagens que ainda são geridos pelas suas mãos e pelos seus saberes?

Agradecimento

Ao colega e amigo Joaquim Cabral Rolo pelo precioso levantamento da informação do RGA 1989 solicitada ao INE em 1997.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, R. F. B. (1994), *Para Uma Gestão Agrícola Centrada nos Projectos dos Actores. Caso dos Agricultores das Aldeias de Paredes e Lixa do Alvão*, tese de mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 72 páginas + anexos.
- BAPTISTA, A.; ANTÓNIO, P., e PORTELA, J. (1998), *A Medida de Cessação da Actividade Agrícola em Portugal Continental, 1994-98. Contributo para Uma Primeira Avaliação*, Vila Real, UTAD/DESUA, Janeiro de 1999, 55 páginas + anexos.
- BAPTISTA, A. (1997), *Os Agricultores Idosos no Douro Superior Norte*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (a publicar).
- BAPTISTA, F. O. (1993), *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Coimbra, Fora do Texto, 113 páginas.
- BAPTISTA, A.; POETA, I.; CARQUEJA, L., e ROCHA J. (1994), *Análise dos Resultados Económicos das Explorações do NRC-Gostei*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 42 páginas + anexos.
- BARBOSA, J. C. (1993), *Pastores, Rebanhos de Ovinos e Pastoreio — Que Futuro para o Sistema Tradicional de Exploração?*, tese de mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 173 páginas + anexos.
- BARROS, V. C., e FRAGATA, A. (1992), «A agricultura familiar e os desafios da integração no Mercado Comum», in *Temas de Economia e Sociologia Agrárias*, A. Correia, M. M. Valagão e E. Cosme (coords.), Lisboa, INIA, DEESA, Lisboa, pp. 1-15.
- CAPILLON A., e SEBILLOTTE, M. (1980), *Étude des systèmes de production des exploitations agricoles — typologie. Point-à-poître*, Seminaire InterCaraibes sur les systèmes de production agricole, methodologie de recherche, Paris-Grignon, INA, 32 páginas.

- CARVALHO, A. (1984), *Os Pequenos e Médios Agricultores e a Política Agrária no Período 1960-1975. Perspectivas de Desenvolvimento da Agricultura*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 412 páginas.
- FERNANDES, A. A. (1999), «Velhice e sociedade: alterações nos calendários demográficos e políticas sociais», in *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 4, pp. 51-60.
- FRAGATA, A. (1992), *Políticas Agrícolas, Diversidade e Estratégias dos Agricultores. Casos no Entre Douro e Minho e Vale do Sousa*, Lisboa, INIA, DEESA, 276 páginas + anexos.
- FRAGATA, A. (1996), «From the production unit to the agrarian system», in *Systems-Oriented Research in Agriculture and Rural Development*, Michel Sebillotte (dir.), Montpellier, CIRAD-SAD, pp. 188-195.
- FRAGATA, A., e CONDADO, M. (1996), *A Castanha da Terra Fria como Caso de Construção Social da Qualidade*, Animar, 36 páginas.
- GUILLEMARD, A-M. (1972), *La retraite une morte sociale*, Paris, Mouton-La Haye, 299 páginas.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997), *Recenseamento Geral da Agricultura 1989*, Lisboa, dados não publicados.
- MADUREIRA, L. M. C. (1994), *A Olivicultura nos Sistemas de Produção Agrícola de Trás-os-Montes e Alto Douro. Um Contributo para o Estudo das Relações entre a Agricultura e o Ambiente*, tese de mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 194 páginas + anexos.
- MARCH, J., e SIMON, H. A. (1979), *Les organisations*, Paris, Bordas, 253 páginas.
- PINTO, A. S.; AVILLEZ, F.; ALBUQUERQUE, L., e GOMES, L. F. (1984), *A Agricultura Portuguesa no Período 1950-1980*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 74 páginas.
- PORTELA, J. (1993), «Agricultores e agriculturas: que futuros?», in *Dois Contributos para Um Livro Branco sobre a Agricultura e o Meio Rural*, Lisboa, Ministério da Agricultura, pp. 109-310.
- PORTELA, J. (1989), «Trás-os-Montes: região verdadeiramente singular», in *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, pp. 619-627.
- PORTELA, J. (1986), *Trabalho Cooperativo em Duas Aldeias de Trás-os-Montes*, Porto, Afrontamento, 79 páginas.
- REBELO, V. M. C. (1995), *Estrutura Fundiária, Mão-de-Obra e Tecnologia na Viticultura Duriense. Um Estudo das Dinâmicas Locais Recentes*, tese de mestrado, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 115 páginas + anexos.
- RIBEIRO, M. (1992), «A condição do idoso, no contexto das transformações sócio-económicas recentes em regiões de montanha — o caso do Barroso», in *Economia e Sociologia*, 53, pp. 67-90.
- RIBEIRO, O. (1986), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 189 páginas.
- SIMÕES, J. M.; PORTELA, J., e CEPEDA, F. (coord.) (1996), *A Região Fronteiriça de Trás-os-Montes — Diagnóstico e Estratégia de Desenvolvimento*, Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques, 371 páginas.
- SOUSA, F. J. R. (1992), *Sistemas Agrários e Melhoramento dos Bovinos de Raça Mirandesa. O Caso da Freguesia de Paçó*, tese de mestrado, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 72 páginas + anexos.
- SOUSA, F., e FRAGATA, A. (1997), *Os Desafios da Raça Bovina Mirandesa*, VII Congresso de Zootecnia, Bragança (a publicar).
- TABORDA, V. (1987), *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*, Lisboa, Livros Horizonte, 139 páginas.

ANEXO

Indicadores de caracterização das explorações dos idosos em Trás-os-Montes

[QUADRO N.º 1]

Zonas e TM	TF/M	VSM	PM	TQ	DS	DI	TM
Dimensões médias por exploração							
SAU (hectares)	5,58 (7,15)	4,08 (5,02)	8,19 (11,42)	7,56 (8,68)	5,50 (6,18)	2,16 (2,35)	5 (5,96)
Matas e florestas (hectares)	1,59 (1,71)	1,86 (1,82)	2,27 (2,20)	2,98 (2,74)	2,04 (2,24)	1,61 (1,52)	1,87 (1,84)
Forma de exploração por conta própria							
Número de explorações (percentagem) . .	98,9	99,1	99,6	99,2	98,8	98,3	98,9
SAU (percentagem)	92,4 (85,4)	93,7 (86,7)	95,7 (87,6)	95,8 (90,1)	93,5 (85,2)	96,4 (91,0)	94,3 (87,3)
Trabalho							
Número de dias completos de trabalho . .	266	290	261	253	291	280	275
Por exploração e ano:							
Familiar (percentagem)	92,7	89,2	94,4	80,8	73,8	57,0	79,6
Assalariados permanentes (percentagem)	1,4	1,3	0,8	3,2	6,6	15,3	5,5
Assalariados eventuais (percentagem) . .	6,0	9,4	4,7	16,0	19,7	27,6	14,9
Mecanização							
Exp com tractor (percentagem)	9,1 (20,1)	5,9 (12,6)	16,8 (35,4)	8,1 (15,3)	3,0 (6,3)	3,3 (6,2)	6,8 (14,0)
Número de tractores/100 ha SAU	1,95 (3,08)	1,50 (2,65)	2,21 (3,36)	1,21 (1,95)	0,68 (1,19)	1,83 (2,99)	1,56 (2,58)
Origens do rendimento							
Exclusivamente exploração (percentagem)	2,4 (16,4)	1,3 (14,2)	1,3 (19,1)	3,9 (15,0)	4,3 (12,8)	0,8 (5,3)	2,2 (12,8)
Principalmente exploração (percentagem)	41,1 (38,4)	43,4 (37,3)	47,0 (34,7)	28,7 (28,3)	45,9 (34,4)	38,0 (31,6)	40,4 (34,4)
Principalmente outras origens (percentagem)	56,5 (45,2)	55,3 (48,5)	51,6 (46,1)	67,4 (56,7)	49,8 (52,8)	61,2 (63,1)	57,4 (52,7)
Número de pessoas por agregado	2,5 (3,3)	2,4 (3,3)	2,1 (3,0)	2,3 (3,1)	2,0 (2,8)	2,4 (3,4)	2,3 (3,2)
Tempo de actividade do produtor na exploração							
Menos de 50% (percentagem)	58,2 (25,5)	48,9 (43,9)	42,5 (41,1)	63,3 (54,8)	53,8 (54,4)	78,5 (72,3)	59,7 (53,8)
50% e mais (percentagem)	37,1 (44,6)	44,1 (44,8)	50,3 (43,1)	35,7 (41,3)	39,5 (37,0)	19 (23,7)	(35) (38,0)
Completo (percentagem)	4,8 (9,0)	7,1 (11,3)	7,3 (15,8)	1,1 (4,1)	6,8 (8,7)	2,5 (3,6)	4,7 (8,1)

Indicam-se entre parênteses os valores médios do universo das explorações.

Fonte: RGA 1989 (INE, 1997, dados não publicados).

Importância dos aproveitamentos culturais nas explorações e na SAU dos idosos em Trás-os-Montes

[QUADRO N.º 2]

Zonas e TM	Indicador	TF/M	VSM	PM	TQ	DS	DI	TM
Horta familiar	1	95	92	98	93	79	78	88
	2	2	2	2	2	2	3	2
	3	0,10	0,09	0,16	0,16	0,10	0,08	0,11
Cereais	1	61	54	56	41	21	12	40
	2	29	27	26	15	7	7	20
	3	2,70	1,99	3,67	2,83	1,74	1,37	2,49
Pousio	1	43	29	60	45	10	9	30
	2	17	6	24	15	3	2	12
	3	2,25	0,90	3,27	2,48	1,40	0,57	2,07
Batata	1	83	80	39	35	20	30	51
	2	8	11	2	2	3	5	5
	3	0,53	0,56	0,39	0,42	0,30	0,39	0,49
Oliveira	1	20	29	48	93	86	31	46
	2	3	7	9	34	7	11	16
	3	0,93	1,00	1,46	2,72	1,91	0,77	1,71
Videira	1	53	75	88	72	79	83	73
	2	5	17	9	6	33	55	15
	3	0,54	0,93	0,82	0,64	1,47	1,44	1,03
Amendoeira	1	1	10	18	33	71	2	19
	2	0	2	4	9	26	0	7
	3	0,85	0,75	1,85	1,99	2,02	0,44	1,82
Castanheiro	1	37	22	7	17	4	6	17
	2	7	5	0	2	0	1	3
	3	1,04	0,91	0,53	0,67	0,36	0,44	0,88
Prados permanentes	1	67	33	59	48	16	12	43
	2	23	18	16	10	8	6	15
	3	1,40	1,20	2,17	1,60	2,73	1,03	1,71
Matas e florestas	1	60,0	61,2	33,9	33,8	27,8	51,3	47,9
	3	1,59	1,86	2,27	2,98	2,04	1,61	1,87

1 — Número de explorações de idosos com o respectivo aproveitamento cultural (percentagem total de explorações).

2 — Percentagem do aproveitamento cultural na SAU das explorações dos idosos.

3 — Área média do aproveitamento por exploração dos idosos (hectares).

Fonte: RGA 1989 (INE, 1997, dados não publicados).

Efectivos pecuários nas explorações dos idosos em Trás-os-Montes

[QUADRO N.º 3]

Zonas e TM	Indicador	TF/M	VSM	PM	TQ	DS	DI	TM
Vacas leiteiras	1	9,0	4,8	15,3	3,8	1,1	2,0	5,3
	2	2,1	2,2	3,8	2,7	1,7	1,6	2,3
	3	13,4	10,0	1,1	18,4	20,9	12,4	13,3
Outras vacas.	1	23,2	11,7	14,6	4,8	0,7	9,0	11,4
	2	3,1	2,0	2,7	2,6	1,5	1,7	2,6
	3	24,3	18,2	23,6	23,2	25,9	22,3	23,0
Ovinos.	1	8,9	3,4	4,1	2,1	1,5	4,1	4,4
	2	29,0	21,0	83,0	98,7	76,6	7,6	34,3
	3	14,9	8,7	11,8	12,6	11,7	14,0	13,0
Caprinos	1	10,2	4,8	1,7	1,7	1,1	2,5	4,3
	2	11,3	8,4	41,1	30,3	32,0	12,7	13,7
	3	15,9	10,2	9,2	9,2	12,5	10,8	12,0
Suínos	1	40,1	28,2	11,4	20,1	5,2	9,9	20,9
	2	2,2	1,9	2,3	1,9	2,2	2,1	2,1
	3	20,3	15,0	14,2	17,5	17,3	9,5	16,0
Coelhas reprodutoras . . .	1	22,3	30,9	9,9	8,8	5,0	8,5	15,4
	2	2,5	2,2	2,5	2,6	2,4	2,4	2,4
	3	25,1	21,6	21,3	22,9	22,1	20,6	23,0
Aves de capoeira	1	76,5	77,2	59,3	59,9	53,2	40,8	58,0
	2	8,1	8,7	9,7	13,5	10,5	11,0	8,8
	3	18,1	21,8	24,4	23,8	21,6	22,3	21,0
Equídeos	1	38,0	50,3	73,7	60,4	46,9	19,8	43,4
	2	1,3	1,3	1,9	1,5	1,7	1,1	1,4
	3	29,7	25,2	31,5	30,3	32,6	25,4	29,0

1 — Número de explorações com animais (em percentagem).

2 — Número de animais por exploração.

3 — Número de animais detidos pelos idosos (em percentagem).

Fonte: RGA 1989 (INE, 1997, dados não publicados).

Recursos agrários detidos pelos agricultores idosos em Trás-os-Montes

[QUADRO N.º 4]

Zonas e TM	TF/M	VSM	PM	TQ	DS	DI	TM
Número de explorações							
Percentagem na zona	30,6	28,4	30,6	32,3	32,7	27,4	–
Percentagem em TM	6,7	5,6	2,5	3,9	4,4	6,8	29,9
SAU							
Percentagem na zona	23,9	23,1	21,9	28,1	29,2	25,3	–
Percentagem em TM	6,3	3,8	3,5	5,0	4,1	2,5	25,1
Matas e florestas							
Percentagem na zona	29,3	29,9	34,4	37,5	31,8	30,1	–
Percentagem em TM	7,4	7,5	2,3	4,6	2,9	6,5	31,2
Área irrigada							
Percentagem na zona	27,9	21,7	24,0	26,0	27,8	22,6	–
Percentagem em TM	10,1	6,5	0,9	2,5	1,7	3,2	24,9
População familiar							
Percentagem na zona	22,9	20,6	21,9	23,9	23,5	19,4	–
Percentagem em TM	5,1	4,2	1,7	2,8	2,8	5,0	21,6
Trabalho agrícola*							
Dias completos	–	–	–	–	–	–	25,4
Culturas (percentagem das áreas)							
Horta familiar	6,2	4,4	4,0	5,9	3,6	4,3	28,5
Cereais	8,0	4,4	3,8	3,2	1,2	0,8	21,4
Batata	9,3	7,9	1,2	1,9	0,8	2,5	23,6
Oliveiras	1,7	2,2	2,4	13,3	9,7	2,2	31,5
Videiras	2,4	4,9	2,3	2,2	6,3	10,0	28,0
Amendoiras	0,1	1,4	2,8	8,3	20,6	0,2	33,4
Castanheiros	16,6	7,4	0,6	2,9	0,4	1,1	29,0
Prados permanentes	9,8	4,5	3,7	3,4	2,2	0,9	24,5

* Inclui trabalho familiar, assalariado permanente e eventual.

Fonte: RGA 1989 (INE, 1997, dados não publicados).

Outras actividades lucrativas dos produtores idosos e outros membros dos seus agregados em Trás-os-Montes (número de pessoas)

[QUADRO N.º 5]

Zonas e TM	Indicador	Produtores			Outros membros			Total de pessoas
		Actividade principal	Actividade secundária	Total	Actividade principal	Actividade secundária	Total	
TF/M	1	169	65	234	793	132	925	1 159
	2	30	50	80	95	95	190	270
	3	57	9	66	114	10	124	190
VSM	1	151	94	245	863	167	1 030	1 275
	2	34	54	88	147	129	276	364
	3	52	17	69	115	5	120	189
PM	1	73	50	123	221	43	264	1 070
	2	11	37	48	26	33	59	387
	3	19	5	24	34	3	37	61
TQ	1	132	69	201	619	132	751	952
	2	35	50	85	204	106	310	395
	3	39	15	54	63	11	74	128
DS	1	211	163	374	556	129	685	1 059
	2	84	146	230	182	115	297	527
	3	29	8	37	61	6	67	104
DI	1	325	128	453	1 553	122	1 675	2 128
	2	97	97	194	435	100	535	729
	3	85	11	96	172	6	178	274
TM	1	1 061	569	1 630	4 605	726	5 331	6 961
	2	291	434	725	1 089	578	1 667	2 392
	3	281	65	346	559	41	600	946

1 — Número total de pessoas com outras actividades.

2 — Número de pessoas com actividade na «agricultura e pecuária».

3 — Número de pessoas com actividade no «comércio, restaurantes e hotéis».

Fonte: RGA 1989 (INE, 1997, dados não publicados).

Receitas das famílias de agricultores idosos

[QUADRO N.º 6]

Sistema família-exploração	SAU (ha)	Receita total (RT) (contos)	Receitas da exploração (RE) (percentagem)					Receita das pensões (RP)		RT/RP
			Total	Saldo	Auto-consumo	Habituação	Lenha	Contos	(Porcentagem)	
	5,16	636	57,7	7,8	9,0	37,7	3,1	202	34,5	3,15
	6,32	1 535	45,9	16,0	21,1	5,5	3,3	233	15,2	6,59
	4,94	670	53,0	- 0,3	41,2	5,4	6,7	298	44,5	2,25

Fontes: (a) Andrade (1994), pp. 35-61; (b) Sousa (1992), pp. 30-45.

Indicadores de funcionamento de explorações de pequenos agricultores reformados e agricultores a tempo inteiro

[QUADRO N.º 7]

Sistema família-exploração	Orientação produtiva	SAU (ha)	Destino do PB		PB	RA	RA/PB (percentagem)	PB/ha (percentagem)	VAB/ha SAU	CI/ha SAU	Receita/UHT familiar	CI/PB (percentagem)
			Auto-consumo	Venda								
Gostei-Bragança (a)												
PAR	Policultura . .	3,7	–	40	299	180	60	65	–	26	250	35
PAR	Pol-bov-carne	7,5	–	40	683	451	66	93	–	36	305	43
ATI	Pol-bov-carne	32,4	–	90	2 370	840	35	95	–	56	813	48
Paredes/Lixa do Alvão (b)												
PAR	Pol-bov-carne	1,85	37	45		112	72	–	41	43	113	52
ATI	Pol-bov-carne	7,14	20	54	986	477	48	–	53	84	860	62
Paçó-Vinhais (c)												
PAR	Pol-bov-carne	4,94	55	19	506	362	72	73	82	20	326	19
ATI	Centeio-bov-carne	28,0	21	47	2 476	1 045	41	91	61	30	302	33

Fontes e legenda: (a) Baptista *et al.* (1994), pp. 12-38; (b) Andrade (1994), pp. 26-61; (c) Sousa (1992), pp. 21-45.

PAR — pequenos agricultores reformados; ATI — agricultores a tempo inteiro; PB — produto bruto; RA—rendimento do agricultor; VAB — valor acrescentado bruto; CI — consumos intermédios; UHT — unidade homem trabalho; Pol — policultura; bov-carne — bovinos de carne.